

# A nova sociedade e as ferramentas do sistema

Bruno Dias,  
Grupo Parlamentar do PCP  
bd@pcp.parlamento.pt

## Resumo:

Brecht terá dito que “nada nasce do nada: o novo nasce do velho e por isso mesmo é que é novo”.

Dez anos depois da publicação do “Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal”, é de um paradoxal simbolismo que neste país seja bem mais fácil e rápido, para muitos de nós, trocar grandes volumes de informação, vencendo distâncias e aproximando continentes, ao passo que uma simples carta demora hoje mais tempo a chegar ao seu destino. O que mais uma vez demonstra a ideia (convém sempre recordar) que as tecnologias podem ter aplicações revolucionárias... ou não. A questão está nas opções políticas, nas estratégias e interesses que as determinam.

Importa, pois, ao questionarmos *esta* sociedade em que vivemos e intervimos, questionar também em que medida, e para quem, ela é de facto uma *sociedade da informação e do conhecimento*. E pensar a (nova) sociedade que queremos, em que o conhecimento – o saber – partilhado, democratizado, esteja de facto ao serviço do ser humano.

**Palavras-chave:** sociedade; economia; estratégia; mudança; futuro.

## 1 INTRODUÇÃO A SERVIR DE ALERTA (OU VICE-VERSA)

Nos idos da década de 70 do século XX, ainda na ressaca de um choque petrolífero, o “mundo ocidental” com os EUA à cabeça assistia ao que se supôs ser o dealbar de uma era para a Humanidade. Com o advento em pleno da miniaturização, dos circuitos integrados, das comunicações por satélite, alguns círculos académicos norte-americanos (da sociologia principalmente) anunciaram a boa nova: com as novas tecnologias da informação e da comunicação, a informação passaria a ser “a” fonte principal da produção de valor, consagrando-se assim a indiscutível primazia das “actividades informacionais” em relação às actividades do sector secundário e terciário. As próprias forças produtivas vergavam-se assim ao “pós-industrialismo”, suplantados que eram pelas *entidades* informação e conhecimento. Estava proclamada a Sociedade da Informação, com maiúsculas e tudo.

À medida que a ARPANET ia rompendo o casulo da tecnologia militar, revelando a sua gradual metamorfose para a condição de “rede das redes” que fez e faz da Internet a “*posterchild*” de todos os imaginários digitalistas, foi ganhando força a concepção de uma sociedade em rede à escala global, alicerçada em novas soluções e plataformas tecnológicas de transporte e processamento de dados. Claro está que, na implementação e no desenvolvimento de tais plataformas, havia de ganhar a dianteira a própria economia norte-americana (falamos naturalmente das TIC *latu sensu*, audiovisuais incluídos).

Diversos factores têm sido apontados para essa arrancada dos EUA: a começar, o (tão esconjurado...) massivo financiamento público aplicado no sector, com destaque para os subsídios e encomendas à I&D para fins militares; por outro lado, a própria dimensão e escala daquela economia e seus mercados, aspecto tanto menos despreciando quanto o não menos esconjurado “proteccionismo” das barreiras alfandegárias não era (não é?) afinal tão incomum nas políticas económicas daquele país; ou ainda (e de todo não menos importante) no que concerne à facilidade, incomparavelmente maior do que na heterogénea Europa, na adopção e regulamentação de normas standard para a indústria. A força centrípeta do gigante económico – eufemismo para a vocação hegemónica da potência imperialista – viria a

fazer o resto, captando (pela força e pela guerra quando necessário) os recursos, matérias-primas, mercados e, naturalmente, os cérebros. Para esta última vertente contribuiu ainda, e contribui, de forma incontornável o fenómeno das migrações, com verdadeiros exércitos de investigadores e técnicos altamente qualificados demandando o país, em busca de uma vida melhor.

Foi perante este contexto que, do lado de cá do Atlântico, na Europa comunitária tocaram as campainhas de alarme, convocando os seus próprios peritos para a definição de uma estratégia que apontasse caminhos para a (tal) Sociedade da Informação. Estávamos em 1993, quando o Conselho nomeou uma “comissão de sábios” (dito com mais rigor, um “*high level group*”) com Martin Bangemann à cabeça, incumbido de apresentar um relatório sobre a Europa e a Sociedade da Informação que contivesse recomendações para a União Europeia e os estados-membros, abrindo caminho a programas operacionais e planos de acção com medidas concretas para o sector.

Importa aqui recordar o óbvio: é que, ao longo dos anos que tinham passado, quer na Europa quer no vasto mundo, seriam no mínimo exageradas as angústias de tipo “não se passa nada” que alguns eurocratas até aí vinham expressando. Na verdade, muito trabalho estava feito em matérias determinantes para a adopção e a aplicação de tecnologias da informação e comunicação nas sociedades e economias ao nível comunitário e internacional, com destaque para o longo caminho que havia de resultar em normas e sistemas como o GSM na telefonia móvel ou as Redes Digitais Integradas de Serviços, ao tempo verdadeiros “ovos de Colombo” da transmissão de voz e dados. Já para não falar, naturalmente, nas experiências conduzidas em domínios como a fibra óptica, as comunicações videotelefónicas ou o multimédia; ou ainda a saga de apogeu e queda do Minitel francês, que tantas proclamações definitivas proporcionou à época (ainda hoje há quem recorde o editorial de Servan-Schreiber no seu L’Express, sentenciando com essa premissa o fim dos jornais impressos) ...

Serve isto para sublinhar que, pese embora (para o bem e para o mal) a importância – principalmente política – de “marcos históricos” como a aprovação de estratégias, relatórios, planos de acção e outros, é fundamental não perder de vista que a (r)evolução tecnológica é ela própria um processo. Um processo longo, complexo, onde a tal concepção dialéctica da História se revela indispensável para não confundirmos árvores e florestas.

## **2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS SEUS ACCIONISTAS**

Feito este pequeno exercício prévio de memória e de ressalva, é concerteza inegável a importância, o significado, que comporta a construção e adopção de um instrumento estratégico e político de características (ou no mínimo, de ambições) holísticas, transversais, como o que constituiu, há dez anos, o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (a que adiante nos referiremos por Livro Verde). Sistematizando parte essencial do património de experiências e iniciativas neste domínio que então se realizavam, ou preparavam, no nosso país, propondo outras novas, desenvolvendo para o contexto nacional a reflexão e as perspectivas traçadas no Relatório Bangemann, a Equipa de Missão dirigida pelo Prof. Dias Coelho assumiu o desafio de apontar caminhos para a construção da tão ambicionada Sociedade da Informação em Portugal.

A questão que se levanta, aliás hoje como há dez anos, é a de saber antes de mais com que pontos cardeais foram traçadas essas cartografias e rotas. Estas breves notas de reflexão sobre o caminho percorrido nesta matéria não pretendem de modo algum (nem poderiam) constituir uma espécie de “*checklist*” ou um balanço exaustivo de avaliação de desempenho. Assim como alguns dos eixos do Livro Verde hão de

ficar sem referência nestas linhas, também outros questionamentos aqui em apreço não tiveram até agora a atenção que a nosso ver já deviam ter tido. Desde logo no que concerne às próprias concepções políticas e económicas que serviram de base às estratégias adoptadas, conforme veremos em seguida.

«A Sociedade da Informação é uma sociedade de mercado». Esta definição, expressa no Livro Verde (p. 51), foi sem dúvida mais pragmática e transparente do que quase todas as diversas abordagens conceptuais ensaiadas até então (até hoje!) dentro e fora dos centros académicos e de investigação. Com o indiscutível mérito de clarificar horizontes e posicionamentos, expressava-se – ainda assim de forma bem mais prudente – o princípio que norteava o Relatório Bangemann. Isto é: uma «Revolução orientada para o mercado» (Cap. 2), nos termos da qual «a criação da sociedade da informação na Europa deve ser confiada ao sector privado e às forças do mercado» (Cap. 5, p. 27). É por estas e por outras que a interrogação se impõe – afinal, de que falamos concretamente quando falamos de Sociedade da Informação?

Com efeito, nesta matéria como na generalidade das políticas públicas, a vida já veio demonstrar que os interesses estratégicos das “forças do mercado” – com natural destaque para os oligopólios dos grupos económicos – são manifestamente diferentes daqueles que correspondem aos verdadeiros interesses e necessidades da comunidade, de um povo e de um país. Desgraçadamente (para os povos, claro está), o poder político em Portugal e na UE revela há muito tempo uma dócil submissão ao poder económico. É certo que, ao longo dos anos, assistimos a uma preocupação (às vezes até sincera) face ao famoso “fosso digital”, com todos os discursos, relatórios, planos para promover uma “e-inclusão” prometida por responsáveis políticos nacionais e comunitários. Mas entretanto, com mais ou menos clareza, lá vinham os sinais do verdadeiro significado prático dessa “nova sociedade” anunciada: uma espécie de *digitalização das desigualdades*, acentuando e aprofundando ainda mais o fosso digital, analógico, social, económico, cultural, da sociedade capitalista. Pela simples razão de que nem tudo interessa ao mercado e às suas “forças”, foram surgindo oportunidades de mercado que (essas sim merecedoras de maior empenho) foram rapidamente aproveitadas, deixando-se cair sem remorsos nem sobressaltos os votos pios da “inclusão”.

A própria Comissão Europeia tem observado essa tendência dominante, quando procede à avaliação do desempenho dos seus estados-membros pela aferição de indicadores comparativos neste domínio. Destas acções, a que se realizou mais recentemente e com maior abrangência foi a elaboração do Relatório de *Benchmarking* sobre a Sociedade da Informação’2005. Dando seguimento à decisão do Conselho, esta abordagem ao “estado da sociedade da informação na UE” pretendia também identificar os progressos realizados desde a adopção do plano de acção eEurope 2005. E não se pode dizer que as notícias fossem propriamente brilhantes: citando o Relatório, «existem grandes disparidades na conectividade entre os estados-membros, e estas não diminuíram desde 2001. O objectivo central da eEurope foi “a sociedade da informação para todos”, mas esta última prova de *benchmarking* mostra que tem sido pouca a convergência entre estados-membros».

### **3 O APROFUNDAR DO FOSSO**

Se assim foi na União Europeia, mais ainda se notou no nosso país. O balanço apresentado no Relatório interpela e refreia algumas leituras mais triunfais a que vamos assistindo: a evolução do acesso das famílias à Internet por computador pessoal cifrava-se em 23%, um valor manifestamente distante dos 47% da média da UE a 15, ou até mesmo dos 42% da UE a 25. Recorde-se que falamos de valores médios, porque a comparação dos “nossos” 23% é mais dura quando feita com os 57% da Alemanha, os 68% da Dinamarca ou os 70% da Holanda...

Verifica-se de resto que, face a estes indicadores, seria possível entrever uma disponibilidade e uma abertura para a utilização de TIC em Portugal capaz de surpreender muita gente. Os principais obstáculos a essa adesão não estão seguramente no “desinteresse dos consumidores”. Senão vejamos: no tocante à utilização da banda larga, o desempenho de Portugal está próximo da média comunitária. Corresponde a cerca de 10% da população. Face a isto, diria La Palisse que nove em cada dez pessoas, na Europa como em Portugal, não têm acesso à banda larga. Mas esta proximidade à média europeia na penetração de mercado deve ser cruzada com outro indicador: o custo.

No indicador “preço de banda larga normalizado a 1 Mbit”, Portugal era o segundo país da UE a 15 com os preços mais altos. E não estamos a falar de médias ponderadas que tenham em conta o poder de compra ou os níveis salariais de cada país. Estamos a falar de notas de euros! Cerca do dobro que no Reino Unido ou no Luxemburgo, três vezes mais que em França, seis vezes mais que na Holanda. Isto quando o nosso Salário Mínimo Nacional corresponde a cerca de 30% do que se pratica nestes países. Assim, não admira que tantos portugueses fiquem com a banda larga a passar-lhes à porta de casa – mas sem entrar. É tudo uma questão de preço. Os resultados económicos de *Internet Service Providers* e demais operadores vêm demonstrar que há certas “forças de mercado” a quem o “fosso digital” não incomoda nada, muito pelo contrário...

A própria experiência demonstrou que a implantação da banda larga em Portugal resultou bastante menos de uma definição estratégica em função das necessidades do país e do seu desenvolvimento equilibrado, e bastante mais de uma competição de operadores, marcada pela (naturalmente desigual) “corrida ao lacete local” que tem atravessado o processo de liberalização capitalista do sector. Note-se em todo o caso que a concorrência de que tanto se fala neste âmbito pouco ultrapassou os domínios do *marketing* – o utilizador de TIC continua a ter um serviço quase sempre bastante aquém do que lhe é prometido e até contratado, a começar pela efectiva largura de banda que lhe é disponibilizada...

Perante esta observação, alguns costumam argumentar que não existe ainda um verdadeiro ambiente de concorrência no mercado nacional. Atingido o objectivo da privatização e liberalização do sector (que constava expressamente de todos os documentos orientadores de estratégia para a “sociedade da informação em Portugal”, Livro Verde incluído), constata-se que o predomínio do capital público deu lugar ao oligopólio no sector. Mas mesmo essa é uma falsa questão, quando se verifica que é a própria Comissão Europeia a reconhecer um grau de concorrência do mercado português muito próximo do francês ou do luxemburguês, acima até do da Alemanha (país com um preço normalizado a 1 Mbit que é seis vezes menor).

Inevitável é, portanto, que esta realidade tenha vindo a suscitar uma crítica à “oportunidade perdida” que a experiência da tentativa de “construção da sociedade da informação em Portugal” essencialmente significou. Aqui coloca-se uma incontornável questão de perspectiva: consoante o posicionamento do observador – posicionamento de classe, antes de mais – assim será o balanço que provavelmente resultará da sua reflexão. Para algumas “forças do mercado” (lá voltamos nós ao mesmo) o balanço é formidavelmente positivo. Mas, já há dez anos, até o Livro Verde alertava para a necessidade «da grande maioria da população ter acesso às tecnologias de informação e pela capacidade real de as utilizar. Caso contrário elas podem transformar-se num poderoso factor de exclusão social». É caso para dizer que não foi por falta de aviso...

Em todo o caso, registe-se que “info-excluído” não é só aquele que não tem acesso à Internet. É também aquele que, mesmo tendo acesso à rede, nela encontra apenas

um mundo que lhe é estranho e alheio, em que a sua cultura e a sua vivência não existe nem é reconhecida, em que praticamente a única opção que lhe é (massivamente) oferecida é o consumo. A última década ficou marcada pelo fenómeno da convergência dos media, fundamentalmente no seio da web. O futuro verá certamente a continuação dessa tendência. Mas, mais que isso, a concentração da propriedade dos meios de comunicação e da sua produção de conteúdos pode vir (melhor dizendo, já está) a revelar-se uma perigosa sementeira.

Ao fim e ao cabo, no balanço desta suposta revolução democratizadora da Internet, o que se verificou foi uma fortíssima tendência de concentração capitalista: os poucos grupos económicos, que no essencial já dominavam o sector da produção de conteúdos do “mundo ocidental” (com destaque para os audiovisuais), passaram a controlar o fundamental da produção multimedia, acessível desde logo na web. As empresas e agências públicas nacionais, com o seu potencial e capital de conhecimento – e a vocação radicalmente diferente que assumem – têm vindo a sair de cena, quer nas infra-estruturas de comunicações quer na produção audiovisual. A sua presença na Internet tem sido tudo menos referencial.

#### **4 O QUE FIZEMOS (E O QUE FAREMOS) COM ESTAS TECNOLOGIAS?**

Se a questão se coloca com acuidade relativamente à forma como o país adoptou e implementa estas novas tecnologias, não é menos importante que se reflecta e discuta um outro problema, aparentemente mais prosaico mas porventura mais grave: qual é a verdadeira utilidade da aplicação que pode ser dada às TIC por uma economia com este perfil produtivo?

De Camões (e quinhentos anos depois, também de José Saramago) veio a pergunta: «que farei com este livro?». Ao olhar para o atraso estrutural do nosso país, para os indicadores económicos, científicos, culturais, da sociedade portuguesa, e ao olhar particularmente para o lugar que nos foi reservado pelo grande capital no jogo da divisão internacional do trabalho, apetece perguntar: que faremos com estas tecnologias? De facto, é uma evidência que o benefício que uma pessoa, uma empresa ou um país podem retirar da utilização de uma dada tecnologia poderá ser muito significativo... ou não.

Ao fim e ao cabo, ainda há quem pareça esquecer-se que de um modo geral as tecnologias, os sistemas, as ferramentas! não são em si mesmas boas nem más – são instrumentais, e (só) serão boas se forem bem usadas. A questão é a de saber até que ponto estão criadas as condições para se rentabilizar a sua utilização, o mesmo é dizer, qual é o valor acrescentado que estamos preparados para criar com elas. Essas condições, como se sabe, são no essencial determinadas a montante. No que à adopção e aplicação de TIC diz respeito, são determinadas pelos níveis de formação e qualificação dos trabalhadores (e dos empresários!); pela dimensão, características e missões atribuídas ao sistema de Investigação e Desenvolvimento. Mas resultam ainda de factores ainda mais decisivos: da orientação estratégica da economia e do seu perfil produtivo; da definição dos padrões de especialização dos sectores de actividade; das opções assumidas na sua gestão e planeamento – o que também nos questiona sobre *para onde* e *para quem* vai o valor acrescentado obtido com essas ferramentas. E o problema é que, em relação a todos estes factores, a situação do nosso país está muito longe de corresponder às bases indispensáveis de um desenvolvimento justo e sustentável.

Enquanto a política económica dominante se mantiver no caminho da destruição do aparelho produtivo nacional, de um modelo de baixos salários e baixa qualificação, de uma opção por investimento fraco e de má qualidade, continuará a não haver novas tecnologias que resolvam o problema. Aliás, daí decorre naturalmente que mesmo essas tecnologias assumem uma relevância muito menor, pela simples razão

de que não chegam a ser incorporadas e rentabilizadas plenamente, numa sociedade que vai ficando muito longe de ser “da Informação”. Quando tanto se fala na baixa produtividade dos trabalhadores portugueses (e não esqueçamos que a Alemanha, por exemplo, apresenta uma produtividade uma vez e meia superior à de Portugal ... e um salário médio 2,8 vezes maior), seria de elemental justiça reflectir um pouco mais sobre a baixa produtividade do capital no nosso país.

A própria obsessão – que em larga medida marcou indelevelmente esta década 97/2007 – relativamente ao chamado “Pacto de Estabilidade e Crescimento”, à redução da despesa pública, à demissão do Estado do seu papel (daquele que deve assumir) na economia e na sociedade, fez com que todo este quadro se tornasse mais grave. No ensino superior, por cada aluno, Portugal investe cerca de 55% do valor médio investido na União Europeia. Não é de estranhar assim que esteja também em metade da média comunitária o índice de licenciados na vida activa (cerca de 11% face a cerca de 22% na UE). Com a agravante de, entre os licenciados na última década em Portugal, apenas 8% terem a sua formação em áreas tecnológicas. Quando lutamos pela democratização do ensino e pelo efectivo reconhecimento da educação como um direito de todos, não perdemos de vista que é o país (e não apenas o licenciado) que tem tudo a ganhar com um maior investimento nesta área.

Por outro lado, a Investigação e Desenvolvimento era um dos aspectos centrais da estratégia definida há dez anos no Livro Verde. Neste capítulo, o investimento nacional ronda os 0,8% do PIB, quando a percentagem média da União Europeia a 15 é mais do dobro, e a da Finlândia é o quádruplo. Mas a despesa *per capita* de investigador em Portugal, cerca de 60 mil euros/ano, corresponde a um montante que é três vezes inferior à média comunitária a 15. Por outro lado, o número de investigadores, relativamente à população activa, é inferior ao da UE a 15, à proporção de 2 para 3 (sendo de 1 para 3 quando se trata de técnicos).

O que isto significa é que, para colocar estes nossos parâmetros no meio da tabela da UE (ou seja, uma proporção semelhante de trabalhadores de I&D na população, com recursos aproximados), faltar-nos-ia “apenas” qualquer coisa como dois mil investigadores, cinco mil técnicos e uma despesa quatro vezes e meia superior à actual! Nessa altura estaríamos (não na frente, mas) na média da Europa a quinze – desde que a Europa esperasse por nós, naturalmente...

Tudo se torna mais preocupante se tivermos em conta o modelo económico dominante no nosso país, a que já fizemos referência. É que, em Portugal, a investigação científica financiada pelas empresas não chega a uma quarta parte da despesa nacional nesta área, quando a média da UE a 15 corresponde a cerca de dois terços! Não esqueçamos, aliás, que a generalidade das iniciativas nacionais de inovação tecnológica, incluindo as “jóias da coroa” Multibanco e Via Verde, se tornaram realidade, justamente a partir da capacidade instalada, na altura, em empresas do sector público, mesmo que hoje sirvam para enriquecer os seus accionistas (agora) privados.

Mais recentemente, o Plano Tecnológico, que anda na boca de toda a gente, apontou metas a este nível que se destacam pela sua ambição e falta de fundamentação – isto é, cuja credibilidade deixa muito a desejar. No plano das intenções, é sem dúvida louvável que se almeje, por exemplo, «triplicar o esforço privado de I&D empresarial». Mas objectivos como este desabam com estrondo quando recordamos que décadas de políticas de direita têm levado ao desmantelamento progressivo do sistema produtivo nacional, com o desaparecimento quase completo de sectores inteiros, como a construção naval, a metalomecânica, a siderurgia, as indústrias de defesa. Convenhamos que, se pouco sobrou para triplicar o esforço, também o investimento directo estrangeiro já revelou suficientemente por cá a sua face nómada para que continuemos a ter ilusões...

## 5 O CONHECIMENTO NA ENCRUZILHADA

Uma outra matéria directamente relacionada com estas dinâmicas da economia capitalista é a do direito de propriedade intelectual, que pode significar no futuro a diferença entre o dia e a noite quanto ao desenvolvimento tecnológico (não apenas nos domínios das TIC, mas em todas as esferas do conhecimento). Muitos têm suscitado a questão da necessidade de defender os direitos e o reconhecimento, no plano jurídico e económico, de quem promove e contribui com descobertas para a inovação científica e tecnológica. Mas quando essa preocupação se traduz num bloqueio puro e simples de novos desenvolvimentos, entramos num quadro profundamente perigoso e perverso para a Humanidade. E essa encruzilhada, que já no passado recente se nos deparou – designadamente no processo legislativo comunitário – dá agora sinais de regressar em força, com as novas movimentações em desenvolvimento junto da Comissão e do Parlamento Europeu, e mesmo do Tribunal Federal dos EUA.

A prazo, o perigo real se coloca é o de as patentes sobre software se revelarem, não um incentivo à inovação e ao desenvolvimento, mas um verdadeiro obstáculo à produção e comercialização de programas, para todas as micro, pequenas e médias empresas que não têm milhares de patentes registadas – o que suscita o problema da submissão da “indústria” da produção técnica às lógicas da “indústria” do registo e comercialização de patentes.

Como diz um camarada meu, corremos o risco de ver a escrita de programas como a construção de um puzzle, em que cada peça está sujeita a pelo menos uma patente registada. E assim chegamos ao ponto em que o desenvolvimento e a produção de uma solução ou programa informático se torna um simples pormenor de todo o processo, quando comparado com a “via-sacra” jurídica e administrativa a percorrer até se descobrir que o produto desenvolvido não tem *lá no meio* nenhuma patente já registada por algum gigante do sector. Na prática, corremos o perigo real de cada solução tecnológica, potencialmente revolucionária ou não, ficar atolada num pântano burocrático da qual nunca venha a sair. O desenvolvimento científico e tecnológico dá assim lugar à gestão de contencioso jurídico – e aí a concentração monopolista dita (ainda mais) as suas regras. Basta dizer que a Microsoft detém cerca de 30 mil patentes, e a IBM cerca de 50 mil...

Vale a pena recorrer à já clássica metáfora da “receita de cozinha”. Com efeito, ninguém poderia esperar um futuro brilhante para as suas criações culinárias se quase todas as técnicas, por mais básicas que sejam, estivessem patenteadas. Que diríamos se o recurso a uma simples cozedura ao vapor, um banho-maria ou um refogado exigissem o desencadear de uma batalha jurídica?

Até por uma questão de princípio, muito mais importante do que à primeira vista possa parecer, a verdade é que a ideia de que o conhecimento é um bem universal, de toda a Humanidade, simplesmente não é compatível com a do registo de patentes sobre áreas do conhecimento. A questão central que está em causa neste processo prende-se com a consideração – que é urgente recusar – de que o saber humano, a descoberta científica, o invento de uma nova solução ao nível da programação informática, sejam domínios tratados como mercadoria, patenteáveis e comercializados numa concepção mercantilista da vida humana. No entanto, até mesmo aqueles que não reconheçam esta evidência vão já acusando alguma inquietação quanto aos entraves causados por esta política de patenteamento de software à inovação e ao desenvolvimento. Quer dizer: até na óptica do sistema capitalista vão tornando-se cada vez mais evidentes as contradições, antagonismos e ameaças que resultam desta lógica fundamentalista do lucro máximo. Daí que, naturalmente não estando sozinhos na luta contra as patentes de software, assim

como na defesa do software livre em Portugal, os comunistas estão na primeira linha deste combate.

Os eleitos comunistas, quer na Assembleia da República quer no Parlamento Europeu, protagonizaram iniciativas de inegável importância neste domínio, de que se destaca, entre outras, a moção de rejeição aprovada por maioria no PE, relativamente à proposta de directiva sobre a patente comunitária; ou ainda a Resolução da AR n.º 66/2004, aprovada por proposta dos deputados do PCP, apresentando um programa de promoção e desenvolvimento do software livre em Portugal.

## **6 DA LIBERDADE, E DO QUE DELA SE FAZ**

Para nós, está em causa nesta discussão o problema da liberdade de escolha – uma liberdade que é afirmada na legislação que existe, mas que não é exercida. Sabemos que o software livre tem demonstrado, na maioria dos casos, melhores respostas do que muitos exemplos do software proprietário. Mas não pretendemos impor soluções, quaisquer que sejam: o que é preciso é impedir a sistematização das más soluções, que é o que tem acontecido até hoje. Veja-se o caso de importantes serviços de atendimento ao público, como é o caso das contribuições e impostos, em que a tecnologia usada, de cariz proprietário, simplesmente obriga o contribuinte que queira pagar os seus impostos por via electrónica a utilizar “aquele” browser que domina o mercado.

Não vale a pena (aliás, será contraproducente) avançar por decreto para sistemas indiscriminados que careçam de sustentação. Mas é indispensável que se avance nos projectos concretos, e que se crie as condições técnicas para que no plano educativo, científico, cultural, económico, se abra caminho à introdução desta alternativa. Há experiências de grande mérito e interesse já no terreno, seja em autarquias locais, seja até em certos departamentos do Estado. Haja a coragem e a sensatez de apoiar e desenvolver esse potencial de inovação e saber partilhado – até pela importância estratégica que tal opção pode assumir no plano internacional, em que 218 milhões de lusófonos fazem da língua portuguesa a sétima mais falada em todo o mundo. Haja pelo menos a sensatez de estudar e reflectir sobre as experiências vividas nesta matéria, em países tão diferentes como a Espanha, a Venezuela, o Brasil, a Alemanha e tantos outros.

Contrariamente a tais perspectivas, o Governo português, seguindo o exemplo dos antecessores, tem dado mostras de preferir a postura de “bom aluno”, não só perante as instâncias da Europa comunitária – isso já há muito se sabia – mas também perante o poder monopolista do Sr. William H. Gates III. O famoso caso do “Memorando de Entendimento” entre o Governo e a Microsoft Corporation foi o exemplo mais flagrante desse posicionamento. Em matérias tão cruciais para a vida do nosso país como são a educação, a justiça, o emprego, até a cooperação com os países lusófonos, o Estado assumiu alegremente a condição, não só de “cliente habitual”, mas inclusive de divulgador (inclusive para os PALOP) dos produtos e serviços daquela empresa. Isto quando o mesmo critério está muito longe de ser aplicado ao que se vai fazendo em Portugal, desenvolvido por investigadores e técnicos nacionais. O que está em causa não é o problema de o país enveredar por um caminho de recusa pura e simples da utilização de soluções de uma determinada marca (embora, recorde-se, já tenha sido essa a posição de algumas entidades, como vimos há cerca de cinco anos com o exército alemão face à Microsoft). O problema fundamental está na subserviência demonstrada pelo Governo neste processo.

Veja-se o “projecto-piloto de adaptação à futura geração de aplicações Windows Vista e Office”, previsto no “Memorando”. Trata-se muito simplesmente do lançamento, em escolas nacionais, da futura geração de aplicações “Vista” e “Office 12” da Microsoft, antecedendo a sua chegada ao mercado português. Ficámos então a saber



que a estratégia comercial e a operação de marketing, preparada pela Microsoft para o lançamento e a introdução destes produtos no nosso mercado, incluiu a participação e a promoção activa de escolas portuguesas, com o alto patrocínio do Governo e do seu Plano Tecnológico. Assim, não surpreende que na maioria dos casos as escolas e os manuais continuem a ensinar a utilização de produtos comerciais (quase sempre uma versão específica de uma marca específica) ao invés de ser abordada concretamente a tecnologia que lhes dá suporte.

## 7 A QUESTÃO É TRANSFORMÁ-LO!

Quando temos em conta esta realidade, o que se conclui é que o caminho percorrido pelo nosso país nesta década ficou marcado antes de mais pelo acentuar das desigualdades. Sem prejuízo de algumas iniciativas e acções dignas de mérito, que tornam a nossa vida (a vida de alguns de nós!) mais fácil do que era dantes, a verdade é que temos vivido tempos de profundo retrocesso social, mesmo que acompanhado por uma tendência de progresso técnico. A suscitar a inadiável necessidade de uma mudança de rumo. Não se trata de uma simples questão de "mais Estado" ou "mais dinheiro". Trata-se de uma filosofia completamente diferente de desenvolvimento. Em que o Estado e o sector público assumam um papel activo, sim senhor, mas salvaguardando uma opção de defesa do interesse nacional, e não apenas uma prática de criação de mercados que interessem a alguns grupos económicos.

Daqui resulta a ideia central que os comunistas têm reiteradamente afirmado: é indispensável e urgente uma mudança profunda nas opções políticas e estratégicas para o nosso futuro colectivo. Romper com este rumo traçado e seguido actualmente, de uma sociedade *do mercado* da informação. Porque essa nunca poderá ser verdadeiramente uma sociedade do conhecimento. Ao fim e ao cabo, a opção que nos tem sido colocada ciclicamente é a de *reiniciar o sistema*, ou então de passar à sua versão seguinte. Ora, o que a realidade nos vai demonstrando a cada dia é a incontornável necessidade de *mudar o sistema*. O potencial de mudança e de progresso que o Homem tem ao seu dispor é maior que nunca. As transformações qualitativas que se podem desenvolver aos vários níveis da sociedade são inegáveis, e exigem pensamento e acção.

Mesmo no determinante capítulo das relações de trabalho, o futuro reserva-nos certamente novidades. Colocando cada vez mais na ordem do dia a justeza e a oportunidade de uma reflexão a este nível – a começar pelos trabalhadores que diariamente "constroem" a dita Sociedade da Informação. Muito tem sido dito sobre a solução do "teletrabalho", principalmente enquanto *ferramenta do sistema*, mas menos se diz quanto ao surgimento do "trabalhador colectivo" e do significado desse conceito para o futuro das forças produtivas. Os próximos anos assistirão seguramente ao aprofundar deste fenómeno e da sua análise.

A própria composição orgânica do capital altera-se profundamente num cenário em que o valor acrescentado pelo trabalho que resulta da utilização de novas tecnologias volta a ser muitíssimo maior e mais importante. Estas só por si (já o dissemos) valem muito pouco. O muito que se pode fazer com elas é que marca toda a diferença. E toda essa diferença corresponde afinal à realização de um valor acrescentado bruto de níveis nunca vistos, mas invariavelmente acumulado e concentrado nas mãos de quem detém o capital. O que vem recolocar com ainda maior acuidade o problema da desenfreada exploração e injustiça inerente a estas relações de produção e a este sistema. Mas também nesta matéria, a História está longe de ter chegado ao fim...